

Regulamento do Regime de Frequência e Avaliação

CURSO DE ENFERMAGEM (1º CICLO)

Aprovado em Reunião Plenária do
Conselho Pedagógico de 20/09/2023



Ana Cristina de Spínola Maymone Madeira
(Prof.^a Adjunta)

Homologado

Diretora da ESSS

28 / 09 / 2023



Hélia Maria da Silva Dias

(Prof.^a Coordenadora)

SANTARÉM
setembro, 2023

AS

7.

Regulamento de Frequência e Avaliação
Curso de Enfermagem 1.º Ciclo

PARTE I

REGULAMENTO DE FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO

CAPÍTULO I

Objeto e âmbito

O presente regulamento fixa as normas de frequência e avaliação para o primeiro ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado e aplica-se aos estudantes do Curso de Licenciatura em Enfermagem da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Santarém (Despacho n.º 7575/2019, de 31 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 162 de 26 de agosto de 2019, fixado pelo Despacho n.º 97/2023, de 05 de setembro, pelo presidente do IPSantarém) adiante designado por CE.

CAPÍTULO II

Regime de frequência

Artigo 1.º
Conceitos

1- Para efeitos do presente regulamento entende-se por:

Ano letivo — período no qual decorrem, entre outras, todas as atividades letivas e de avaliação, conforme calendário académico aprovado;

Avaliação Contínua – processo que permite aferir o grau de aprendizagem do estudante, de acordo com a sua participação nas atividades da UC, trabalhos e momentos de avaliação dispersos ao longo do período letivo.

Contexto Clínico— ambientes onde os cuidados de enfermagem se desenvolvem num período formativo;

Ensino Clínico/Estágio — períodos de aprendizagem onde os estudantes participam em situações clínicas que permitem o desenvolvimento de saberes e competências;

Época Normal — primeiro período de avaliação por exame destinado à obtenção de aproveitamento às unidades curriculares a que se aplique e às situações previstas no presente regulamento, definido como tal no calendário académico do respetivo ano letivo;

Época de Recurso — período de avaliação por exame subsequente à época normal de exames, definido como tal no calendário académico do respetivo ano letivo, e destinado à obtenção de aproveitamento às unidades curriculares a que se aplique;

Época Especial — período de avaliação por exame destinado à obtenção de aproveitamento às unidades curriculares a que se aplique, para fins de conclusão do curso, definido como tal no calendário académico do respetivo ano letivo;

Estudante com Estatuto Especial — o estudante que beneficia de um conjunto de direitos especiais, em resultado do disposto em instrumentos com força de lei ou em regulamentos institucionais, designadamente, dirigentes associativos estudantis, atletas de alta competição e atletas universitários, militares, bombeiros, trabalhadores-estudantes, estudantes em mobilidade e mães/pais estudantes, motivos religiosos, estudantes com necessidades educativas especiais e outros;

Estudante em Mobilidade - o estudante matriculado e inscrito no CE, que realiza parte do seu percurso formativo em estabelecimento de ensino superior, nacional ou internacional, ao abrigo de acordo de mobilidade;

Frequência — presença do estudante nos tempos previstos para as horas de contacto no âmbito das diferentes unidades curriculares, incluindo a realização das provas e/ou trabalhos de avaliação;

Horas de Contacto — é o tempo utilizado em sessões de ensino de natureza coletiva, designadamente em salas de aula, laboratórios, seminários, ensino clínico ou trabalhos de campo, e em sessões de orientação pessoal de tipo tutorial;

Horas totais – inclui todas as formas de trabalho previstas, designadamente as horas de contacto e as horas dedicadas a estágios, projetos, trabalhos no terreno, trabalho autónomo e avaliação;

Inscrição – ato de se inscrever no ano letivo respetivo, por ano/semestre curricular e unidade curricular, adiante designada por UC;

Matrícula – ato de se matricular no ano letivo em que ingressa no curso;

Mudança de Par Instituição/Curso – é o ato pelo qual um estudante se matricula e ou inscreve em par instituição/cursos diferente daquele(s) em que, em anos letivos anteriores, realizou uma inscrição, tendo havido ou não interrupção de matrícula e inscrição numa instituição de ensino superior.

Melhoria de Classificação – consiste numa nova submissão à avaliação de uma UC, do plano de estudos do curso em funcionamento, em que o estudante já obteve aprovação.

Prescrição – perda do direito à inscrição por parte de um estudante como consequência do não cumprimento de requisitos de aproveitamento escolar fixados no Regulamento n.º 158/2016, de 16 de fevereiro, atualizado de acordo com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 6052/2019, de 1 de julho;

Reingresso – é o ato pelo qual um estudante, após uma interrupção dos estudos numa par instituição/curso de ensino superior, se matricula na mesma instituição e se inscreve no mesmo curso ou em ciclo de estudos que lhe tenha sido sucedido, ou após o decurso do prazo de prescrição estabelecido por lei;

Retorno – a inscrição num ciclo de estudos, através das formas legalmente previstas (Reingresso e Mudança de Par Instituição/Curso), após o decurso do prazo de prescrição estabelecido por lei;

Transição de Ano – passagem do estudante de um ano curricular para o ano curricular subsequente;

Unidade Curricular (UC) – a unidade de ensino com objetivos de formação próprios que é objeto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final;

Unidade Curricular de Opção – são unidades curriculares que ocorrem no 3.º ano, 2.º semestre e funcionam com o mínimo de 15 estudantes e o máximo de 25;

Unidade Curricular em Atraso – é a unidade curricular em que o estudante não obteve aproveitamento no(s) semestre(s) letivo(s) anterior(es) àquele em que se encontra inscrito;

Unidade Curricular Isolada - é uma unidade de ensino com objetivos de formação próprios, que não obriga à frequência de um plano de estudos, tal como fixado pelo Despacho n.º 6075/2019 publicado no *Diário da República*, 2.ª série de 6 de junho de 2016. Regulamento de Candidatura e Frequência de Unidades Curriculares Isoladas, de Unidades Curriculares de Ciclos de Estudos subsequentes e de Estudantes em Regime de Tempo Parcial do Instituto Politécnico de Santarém.

Artigo 2.º Frequência

1 — O ciclo de estudos pode ser frequentado em conformidade com as especificidades decorrentes dos estatutos especiais previstos na lei.

2 – A matrícula efetua-se no ano letivo em que o estudante ingressa no curso.

3 — No mesmo ano letivo, não é permitida mais do que uma matrícula/frequência em cada unidade curricular, incluindo as de ensino clínico.

4 — As horas de contacto podem ter modalidades de ensino teórico (T), teórico –prático (TP), prática laboratorial (PL), seminário (S), estágio (E) e orientação tutorial (OT).

5 – Em ensino teórico o registo da assiduidade realiza-se pelo estudante por via eletrónica. Em situações excecionais, em que tal não seja possível, as presenças serão registadas em suporte de papel.

6 – A validação da assiduidade é da responsabilidade dos docentes através do sistema eletrónico de validação de presenças ou de outros mecanismos devidamente regulamentados.

7– Quando se constitui mais do que uma turma para cada ano letivo, os estudantes frequentam as atividades relativas a cada UC, na turma a que integra.

8 – Os estudantes acolhidos pela Escola Superior de Saúde de Santarém, que pretendam frequentar o curso de enfermagem de 1.º ciclo ao abrigo de programas de mobilidade, seguem o regime de frequência aplicado aos demais estudantes da ESSS nas mesmas circunstâncias. O idioma da lecionação é o português.

8.1. Em circunstâncias excecionais o responsável da UC pode decidir:

- a) A prova ser realizada na língua materna do estudante;
- b) permitir ao estudante a utilização de um sistema de tradução online durante a realização da prova, desde que seja especificamente supervisionado por um docente.

8.2. Em contexto de ensino clínico, o idioma preferencial é o português.

9 – O estudante não poderá frequentar as unidades curriculares Estágio caso apresente qualquer incapacidade física temporária.

Artigo 3.º **Horas de Contacto**

- 1 – Nas UC todas as horas de contacto são de frequência obrigatória, exceto, no ensino teórico, as horas de tipologia Teórica (T).
- 2 – Nas UC com tipologia de horas de contacto de frequência obrigatória, a percentagem mínima de presença obrigatória é de 85%.
- 3 – Excetuam-se as UC em que a aplicação desta percentagem não permita um número mínimo de quatro horas de falta. Nestas situações após justificação e pedido de relevação, o estudante terá um limite de quatro horas de faltas.

Artigo 4.º **Faltas**

- 1 – Considera-se falta a ausência do estudante no local onde deveria desempenhar a atividade letiva. As faltas podem ser justificadas e injustificadas.
- 2 – O número de horas de faltas permitido, calculado de acordo com a percentagem de horas indicada, deverá ser arredondado por excesso ou defeito segundo atinja ou não a meia unidade.
- 3 — No ensino teórico, para efeitos de marcação de falta, nas horas de contacto da tipologia TP, PL, OT e S considera -se como unidade padrão a sessão letiva igual a 50 minutos.
- 4 – No ensino clínico, para efeito de marcação de faltas nas horas de contacto da tipologia Estágio (E), considera-se como unidade padrão o dia, devendo o número de horas de falta corresponder às horas determinadas para o turno em causa. Nas restantes horas de contacto prática laboratorial (PL), seminário (S) e orientação tutorial (OT), considera-se como unidade padrão a hora.
- 5 – Nos estágios desenvolvidos em mais do que um contexto clínico, a totalidade das faltas permitidas para cada estágio deverá ser, em cada contexto, proporcional ao respetivo tempo de duração do mesmo.
- 6 — As faltas justificadas podem ser relevadas até 50% do limite fixado para cada UC. A relevação é validada pela coordenadora de curso e autorizada pela diretora da escola, com base em motivos ponderosos e decorrerá de análise casuística.
- 7 – O pedido de justificação de faltas e documento comprovativo, deverão dar entrada nos serviços académicos até cinco (5) dias úteis, contados a partir do primeiro dia de

falta. O mesmo deverá ser efetivado por via eletrónica, para o seguinte email:
academico@essaude.ipsantarém.pt

Artigo 5.º

Disposições Gerais

1 — Em **ensino teórico**, sempre que se verifiquem incidentes que revelem, por parte dos estudantes, atitudes e comportamentos inadequados ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, nomeadamente, conduta ética e deontológica do estudante inadequada, que ponha em causa a integridade física e psicológica de qualquer elemento da comunidade, alteração ao harmonioso funcionamento da Escola, o professor em sala de aula deverá de imediato proceder às seguintes diligências:

- a) Elaborar no prazo de 24h, participação escrita da ocorrência da qual dará conhecimento ao responsável da UC, coordenador de ano e coordenador de curso;
- b) O coordenador de curso remeterá a participação ao diretor da Escola.

2 — Em **ensino clínico/estágio** sempre que se verifiquem incidentes que revelem, por parte dos estudantes, deficiência grave de conhecimento, de competência técnica, adoção de atitudes e comportamentos inadequados ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, nomeadamente, conduta ética e deontológica do estudante inadequada, desenvolvimento do processo de cuidados de enfermagem, que ponha em causa a integridade física e psicológica do utente/família, alteração ao harmonioso funcionamento da instituição/contexto clínico, etc., o professor orientador de estágio, deverá de imediato proceder às seguintes diligências:

- a) Comunicar ao responsável da unidade curricular estágio para a avaliação da necessidade da interrupção imediata da presença do estudante no local de estágio e em caso da mesma, estudante e enfermeiro cooperante deverão ser informados;
- b) Elaborar no prazo de 24h a participação escrita da ocorrência, da qual dará conhecimento ao responsável da UC, coordenador de ano e coordenador de curso, que se pronunciarão quanto à necessidade de suspensão imediata do estágio;
- c) Desta participação o coordenador de curso dará conhecimento ao diretor da Escola.

CAPÍTULO III

Regime de Avaliação

Artigo 6.º

- 1 — Todas as UC que integram o plano de estudos são objeto de avaliação.
- 2 — Em cada Unidade Curricular teórica devem existir dois regimes de avaliação:
 - a) **Avaliação Contínua** – que decorre ao longo do período letivo: teste escrito, trabalho individual e/ou de grupo com apresentação escrita e/ou oral, ou outras a definir;
 - b) **Avaliação Final** – que decorre após o término do período letivo, de acordo com o calendário académico do ano letivo.
- 3 – As UC da área científica de Enfermagem (ENF723), são exclusivamente avaliadas através de avaliação contínua.
- 4 – A opção exclusiva pelo regime de Avaliação Final, deverá ser notificada pelo estudante, via email ao serviço académico (academico@essaude.ipsantarem.pt) até ao último dia útil da penúltima semana que antecede o término da unidade curricular.
- 5 - Ao estudante deve ser possibilitado o acesso a 2 (duas) épocas de avaliação.
- 6 — As classificações finais da unidade curricular são arredondadas às unidades de zero (0) a vinte (20) valores (escala de classificação portuguesa).
- 7 – As classificações das provas de avaliação parciais devem ser arredondadas à primeira casa decimal.
- 8 - Em cada unidade curricular, uma das provas de avaliação é obrigatoriamente individual, devendo a classificação final ser igual ou superior a 10 (dez) valores.
- 9 – A classificação individual ou a média, aritmética ou ponderada, da classificação das avaliações individuais, deverá ser igual ou superior a 10 (dez) valores.
- 10 — Considera-se aprovado o estudante que obtenha classificação final na unidade curricular igual ou superior a 10 (dez) valores.
- 11 – Para aprovação da UC Estágio o estudante deverá obter a classificação mínima de 10 (dez) valores na avaliação do desempenho.
- 12 — A atribuição da classificação é da competência do professor responsável pela unidade curricular.

12 — A atribuição da classificação é da competência do professor responsável pela unidade curricular.

13 — A inscrição para avaliação por exame é feita online, na área reservada para o efeito, dentro dos prazos fixados no calendário académico para cada ano letivo.

14 — Nas provas escritas, de avaliação por frequência ou por exame, devem ser observadas as seguintes orientações gerais:

a) As provas serão disponibilizadas aos professores responsáveis pela sua vigilância nos trinta (30) minutos antes da hora marcada para o seu início;

b) Dez (10) minutos antes da hora marcada para o início da prova, o professor faz a chamada e distribuição dos estudantes pelos lugares existentes;

c) Os estudantes devem fazer-se acompanhar do seu cartão de estudante, ou outro documento identificativo com fotografia, que será conferido pelo professor responsável pela vigilância da prova;

d) Os estudantes devem validar a sua presença através do sistema eletrónico de validação de presenças, ou, em situações excecionais em que tal não seja possível, as presenças serão registadas em suporte de papel;

e) A tolerância para a entrada na sala, após o início da prova, é de vinte (20) minutos, não sendo concedido tempo adicional para a realização da prova;

f) Após o início da prova, os estudantes não podem deixar a sala antes de decorridos trinta (30) minutos;

g) A autenticação das provas é realizada pelo professor responsável pela vigilância através da rubrica em todas as folhas de prova, exceto quando se tratar de provas com formato próprio agrafadas, as quais serão apenas rubricadas na primeira folha;

h) Nos casos em que a prova é composta por partes separadas, o professor deve confirmar a totalidade das partes, quando o estudante entrega a prova;

i) Em caso de desistência, o estudante entrega a prova, devidamente identificada, onde declara a sua desistência;

j) Não é permitido ao estudante que tenha consigo qualquer tipo de equipamento eletrónico durante a realização da prova, exceto se indicado em orientações específicas para a sua realização;

- k) Apenas é autorizada a presença na mesa do material indispensável à realização da prova ou outro indicado nas orientações específicas, devendo o estudante colocar todos os objetos/materiais excedentes em espaço junto à secretária do professor;
- l) O estudante só pode ausentar-se da sala por motivos imperativos e acompanhado, salvo quando desiste após trinta (30) minutos do início da prova;
- m) As respostas redigidas a lápis serão consideradas nulas;
- n) Durante as frequências ou exames não é permitido o uso de luvas;
- o) Após a distribuição dos enunciados os professores devem escrever no quadro a hora de termo da respetiva prova;
- p) Em provas de informática os professores devem, no início das mesmas, aconselhar os estudantes a proceder à gravação sistemática dos respetivos trabalhos;
- q) Os estudantes devem utilizar uma caligrafia de fácil leitura e cuidada de forma geral, da apresentação da prova, sob pena do professor poder não proceder à respetiva correção;
- r) Durante a vigilância de frequências/exames, os professores dedicar-se-ão exclusivamente à vigilância dos estudantes e à resolução de situações que ocorram;
- s) Quando a frequência/exame é constituída por questões de vários professores, o estudante deve identificar e entregar uma folha por professor, quer responda ou não às respetivas questões;
- t) O estudante deve registar o ato de entrega da prova, mediante assinatura em folha própria;
- u) No final de cada prova o professor procede à contagem das provas recebidas, confrontando o seu número com o das presenças verificadas.

15 – Os resultados de todas as provas de avaliação do desempenho académico dos estudantes, deve ocorrer até 15 (quinze) dias úteis após a realização das mesmas, não podendo ultrapassar o limite mínimo de 4 (quatro) dias úteis, antes da prova seguinte dessa unidade curricular.

16 – As classificações finais de todas as unidades curriculares devem ser publicadas na plataforma de gestão académica.

17 — Nas unidades curriculares de ensino clínico a avaliação é contínua e de acordo com cada instrumento de avaliação e respetivo guia orientador para cada UC estágio.

18 – Para efeitos de frequência e de avaliação das UC estágio os estudantes, deverão garantir uma presença efetiva que assegure um desempenho compatível com os indicadores de avaliação previstos.

Artigo 7.º

Épocas de Avaliação Final

1 – Existem três (3) épocas de avaliação final:

- a) **Época Normal**, que ocorre após o final do período letivo de cada semestre;
- b) **Época de Recurso**, que ocorre após a Época Normal;
- c) **Época Especial**, que ocorre após a Época de Recurso, destinando-se aos estudantes finalistas e a estudantes detentores de estatutos que prevejam o acesso a esta época.

2 – São ainda disponibilizadas provas de avaliação, a realizar no decurso do ano letivo, aos estudantes detentores de estatutos que as prevejam.

3 – O acesso às épocas de exame normal, de recurso e especial carecem de inscrição de acordo com o calendário académico, para cada ano letivo.

4 – O estudante finalista pode inscrever-se em época especial, no máximo, a 4 (quatro) UC, ou em número superior mediante despacho do Presidente do IPSantarém, às quais se encontre inscrito e não tenha obtido aprovação.

5 — Para os estudantes que se encontrem ao abrigo de programas de mobilidade em data coincidente com as épocas de exame previstas em calendário académico, deve o estudante solicitar o pedido de realização de prova de exame aos Serviços Académicos no prazo de quinze (15) dias consecutivos após o seu regresso.

Artigo 8.º

Publicitação dos Resultados, Consulta de Provas Escritas e Melhoria de Classificação

1 - Após a divulgação da classificação obtida, o estudante tem direito à consulta das provas escritas resultantes da avaliação continua ou da avaliação final (exames). O responsável da UC disponibiliza as provas de avaliação por frequência e/ou exame para consulta pelo estudante na sua presença, desde que solicitado nas 48 horas seguintes à publicação das classificações, em horário definido pelo responsável em período temporal compatível com a aprendizagem do estudante.

AS
B

2 – O processo de consulta da prova escrita de avaliação deve ser realizado até dois (2) dias úteis antes da realização da prova seguinte da mesma unidade curricular.

3 — Aos estudantes que o solicitem, será facultado o acesso à prova realizada e aos critérios de correção, nos seguintes termos:

- a) O pedido de consulta, deve ser remetido por email ao professor responsável da UC;
- b) No momento da consulta os estudantes devem fazer-se acompanhar do seu cartão de estudante, ou outro documento identificativo com fotografia, que será conferida pelo professor responsável da UC;
- c) O tempo máximo de consulta da prova não deve exceder os vinte (20) minutos;
- d) O estudante deve registar a sua presença, no momento da consulta da prova através de rubrica em folha própria;
- e) Não é permitido que o estudante tenha consigo qualquer tipo de equipamento eletrónico ou material de escrita suscetível de reprodução ou alteração da prova durante a consulta.

3 — Cabe ao professor responsável da unidade curricular solicitar ao diretor através de nota informativa devidamente fundamentada, permissão para edição da pauta da UC respetiva, caso seja identificada alguma imprecisão na classificação da prova de avaliação.

4 - O estudante pode requerer a revisão de provas em qualquer uma das épocas de exame, independentemente da classificação que nela tenha obtido:

- a) O requerimento a apresentar pelo estudante deve ser dirigido ao Diretor da Escola, solicitando a revisão da prova;
- b) O estudante, pode solicitar a revisão de provas até 48 horas após a divulgação dos resultados;
- c) Cabe ao órgão legal e estatutariamente competente da Escola nomear o júri de apreciação de provas;
- d) O júri deve ser constituído por um ou mais professores da área específica, da área científica e ou complementares;
- e) Não podem fazer parte do júri os professores que elaboraram e/ou corrigiram a prova da UC submetida a revisão;
- f) O responsável da UC fornece ao júri a informação sobre os indicadores de resposta e critérios de correção definido(s) pelo(s) professor(es);
- g) O júri de revisão da prova divulga o resultado da apreciação até 72 horas após a receção da mesma;

- h) A classificação final da UC passa a ser a que decorre da avaliação feita pelo júri.
- i) Da classificação obtida não cabe recurso;
- j) Pelo pedido de revisão de provas são devidos emolumentos a definir pelo órgão legal e estatutariamente competente do Instituto Politécnico de Santarém.

5 – Melhoria de Classificação:

- a) O estudante pode submeter-se a melhoria de classificação de qualquer Unidade Curricular que tenha realizado com sucesso, por avaliação, à exceção das UC de estágio, bem como, as UC obtidas por creditação.
- b) O estudante pode submeter-se a melhoria de classificação, apenas 1 (uma) vez por UC, prevalecendo sempre a classificação superior.
- c) A melhoria de classificação pode ocorrer no ano letivo de inscrição, nas épocas **normal** e de **recurso**, ou no ano letivo seguinte ao de aprovação, em qualquer das épocas de avaliação à exceção da época especial, carecendo de inscrição na plataforma de gestão académica, até 3 (três) dias úteis antes da realização da prova, de acordo com o calendário de exames definido.
- d) Não é possível melhoria da classificação após a solicitação do registo do diploma.

Artigo 9.º

Dispensa de Exame

Da avaliação contínua durante o semestre letivo resulta a dispensa de exame, se a classificação final for igual ou superior a 10 (dez) valores.

Artigo 10.º

Avaliação Final – Exames

1 – O estudante que optar pela avaliação final, tem a oportunidade de realizar 2 (dois) momentos de avaliação: época normal e época recurso.

2 – A nota mínima para aprovação em cada UC é de 10 (dez) valores.

Artigo 11.º

Atendimento Pedagógico

1 – Os estudantes têm direito a um período de atendimento semanal pelos docentes das Unidades Curriculares, que deve corresponder a 4 horas semanais.

2 – No início de cada semestre, os docentes devem publicitar os respetivos horários de atendimento na plataforma Moodle.

3 – O atendimento será sujeito a marcação prévia, via e-mail até 2 (dois) dias úteis.

3 – Qualquer alteração ao horário de atendimento deve ser divulgada com antecedência na plataforma Moodle.

4 – O horário de atendimento estende-se às épocas de avaliação final.

Artigo 12.º

Fraude

1 — Incorre numa situação de fraude quem, por qualquer modo, durante a realização de provas de avaliação, em desrespeito pelas regras instituídas, nomeadamente:

a) Utilizar, para si e para seu benefício, informações, opiniões ou dados, fornecidos por si ou por terceiros, através de fontes escritas, sonoras ou gestuais;

b) Ceder a terceiros, para sua utilização e seu benefício, informações, opiniões ou dados, fornecidos por si ou por terceiros, através de fontes escritas, sonoras, gestuais ou de equipamento eletrónico;

c) Plágio em trabalhos escritos.

2 — A fraude é punível com a anulação da prova de avaliação (frequência, exame, trabalho de grupo e/ou individual).

3 — Detetada a situação de fraude, o docente confronta de imediato o estudante, devendo este entregar a prova e sair da sala assim que tenham decorrido 30 minutos desde o início da mesma;

4 - O professor regista a ocorrência referida no número anterior na folha de realização da prova que entrega ao responsável da UC. Este que por sua vez encaminha ao coordenador de ano que remeterá ao coordenador de curso.

CAPÍTULO IV

Artigo 13.º

Transição de Ano – 1.º Ciclo

1 – O aproveitamento escolar corresponde à aprovação em Unidades Curriculares que totalizem pelo menos 30 ECTS no respetivo ano letivo, alinhado ao regime de precedências em vigor (cf. Anexo II).

2 – A inscrição no ano curricular subsequente não pode envolver um conjunto de unidades curriculares que correspondam a mais de 90 ECTS.

3 – Nos casos em que os Estudantes tenham unidades curriculares em atraso, a inscrição no número máximo de ECTS permitidos no ano subsequente deve envolver, obrigatoriamente, a inscrição nas unidades curriculares correspondentes aos ECTS em atraso, devendo estes ser considerados para o cômputo daquele número máximo.

CAPÍTULO V

Artigo 14.º

Classificação final de curso

1 — A classificação final de curso é a média aritmética ponderada das classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o plano de estudos, arredondada às unidades, e considerando como unidade a fração não inferior a cinco décimas.

2 — Considera-se como fator de ponderação o número de ECTS (European Credit Transfer and Accumulation System) previsto para cada unidade curricular do Plano de Estudos.

3 - A ponderação atribuída a cada UC corresponderá ao número de ECTS.

4 - A classificação ponderada é calculada com base na seguinte fórmula:

$$\text{Classificação final} = \frac{(\text{NUC1} \times \text{ECTS1} + (\text{NUC2} \times \text{ECTS2}) + (\text{NUCn} \times \text{ECTSn}))}{\text{T ECTS}}$$

Sendo:

ECTS = European Credit Transfer and Accumulation System

N = Classificação da UC

UC = Unidade Curricular

T = Total



PARTE II

O REGIME DE PRECEDÊNCIAS, REGIME DE PRESCRIÇÃO, E ESTATUTO ESPECIAL

CAPÍTULO I

Artigo 15.º

Regime de Precedências - Enquadramento

A formação em enfermagem caracteriza-se por integrar em alternância uma componente teórica – *ensino teórico* e outra prática – *ensino clínico*. Este último engloba desenvolvimento de estágios em diferentes contextos, que sucedem aos períodos teóricos, tendo como objetivo assegurar numa lógica cumulativa a aquisição de conhecimentos, aptidões e atitudes conducentes à prática clínica em enfermagem. Neste enquadramento, a aprendizagem em contexto de ensino clínico deve garantir este pressuposto, bem como a segurança da pessoa/família/comunidade, sendo necessário para tal um conjunto de aprendizagens antecedentes teóricas e teórico-práticas relacionadas com as especificidades de cada ensino clínico.

Assim, o regime de precedências da ESSS visa garantir um percurso coerente ao estudante, no curso que frequenta. (cf. Anexo II).

CAPÍTULO II

Artigo 16.º

Regime de Prescrição

1 – Aplica-se na ESSS o regime de prescrição constante do Regulamento n.º 158/2016, de 16 de fevereiro, atualizado de acordo com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 6052/2019, de 1 de julho.

2 – Ficam impedidos de se inscrever os estudantes que tenham completado o número máximo de inscrições, de acordo com a Tabela n.º 1.

3 - Segundo o presente regime, os estudantes devem obter aproveitamento a um nº mínimo de créditos ECTS para não verem prescrito o direito à matrícula e inscrição no respetivo curso, de acordo com a Tabela n.º 1.

TABELA n.º 1 - Tabela de Prescrições para o Curso de Enfermagem 1.º ciclo ⁽¹⁾

Número máximo de inscrições	Cursos organizados por unidades de crédito ECTS Créditos ECTS obtidos	Cursos organizados por unidades de crédito Créditos obtidos ⁽²⁾	Cursos organizados por anos curriculares Anos curriculares completos
3	0 a 59	0 a N-I	0
4	60 a 119	N a 2xN-I	1
5	120 a 179	2xN a 3xN-1	2
6	180 a 239	3xN a 4x N-1	3
8	240 a 359	4xN-I a 6xN- 1	4 e 5
9	360	6xN	6

(1) Tabela anexa à Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto

(2) N = Maior inteiro, menor ou igual ao quociente entre o número de créditos totais do curso e o número de anos curriculares do curso.

CAPÍTULO III

Artigo 17.º

Estatuto Especial

ao quociente entre o número d

1 – Aos estudantes abrangidos por estatuto especial, aplica-se o disposto nos diplomas específicos, designadamente:

- a) Dirigente associativo: Lei n.º 23/2006, de 23 de junho
- b) Estudante Atleta: DL n.º 55/2019, de 24 de abril.
- c) Estudante Atleta do Instituto Politécnico de Santarém: Despacho n.º 6944/2020 de 6 de julho
- d) Estudante Bombeiro: DL n.º 249/2012, de 21 de novembro.
- e) Estudante Militar: DL n.º 90/2015, de 29 de maio.
- f) Estudante com necessidades educativas especiais: Despacho n.º 7884/2017 de 07 de setembro.
- g) Grávida/mãe e pai estudante: Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei 60/2017, de 1 de agosto;
- h) Motivos religiosos: Lei n.º 16/2001, de 22 de junho;
- i) Trabalhador-estudante: Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro regulamentada e alterada pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro.

PARTE II

Disposições Finais

Artigo 18.º

Entrada em vigor

1 — O presente regulamento aplica-se a todos os estudantes matriculados/inscritos a partir do ano letivo 2023/2024.

Artigo 19.º

Norma revogatória

1 — É revogado o Regulamento de Frequência e Avaliação do Curso de Licenciatura em Enfermagem, 1.º Ciclo, aprovado em reunião do Conselho Pedagógico de 13/07/2023 e homologado por despacho da Diretora da ESSS de 27/07/2023.

Artigo 20.º

Resolução de dúvidas e conflitos

1 — Todas as dúvidas e omissões são resolvidas pelo Diretor da Escola, de acordo com a legislação geral em vigor.

Anexos



Anexo I

Tabela 1 - Regimes de Avaliação para o Curso de Enfermagem 1.º Ciclo

Regime de Avaliação – Unidades Curriculares Teóricas Avaliação Contínua Avaliação Final	
As Unidades Curriculares da área científica de Enfermagem (ENF723), são exclusivamente avaliadas através de Avaliação Contínua, as seguintes:	
<ul style="list-style-type: none">- Fundamentos de Enfermagem I e II- Investigação I, II e III- Enfermagem ao Jovem Adulto e Idoso- Enfermagem à Pessoa em Processo de Saúde/Doença I e II- Enfermagem à Pessoa em Risco de Vida- Perspetivas de Enfermagem- Enfermagem de Saúde mental e Psiquiatria- Enfermagem de Saúde Familiar e Comunitária- Enfermagem na Maternidade e Paternidade- Enfermagem de Saúde Infantojuvenil- Unidades de Opção:<ul style="list-style-type: none">Enfermagem e Atividade Física;Sexualidade no ciclo de vida;Enfermagem em contextos Multiculturais;Reflexologia.	
As outras Unidades Curriculares do curso podem ser avaliadas através da opção de uma das modalidades de avaliação – Avaliação Contínua ou Avaliação Final, as seguintes:	
<ul style="list-style-type: none">- Ciências Sociais e Humanas I e II- Ciências Biomédicas I e II- Anatomofisiologia- Ética e Deontologia- Gestão em Saúde Unidades de Opção: <ul style="list-style-type: none">InglêsEmpreendedorismo	

Santarém, Conselho Pedagógico - ESSS

Anexo II
**Tabela 1 - Tabelas de Precedências para o Curso de Enfermagem 1.º Ciclo –
2023-2024 (Homologado 08-08-2023, Presidente do IPSantarém).**

Unidades Curriculares Estágio	Unidades Curriculares (UC) mínimas aprovadas - Teóricas	Unidades Curriculares (UC) mínimas aprovadas - Estágio
1º Ano		
2.º semestre		
Estágio I – Fundamentos de Enfermagem	Fundamentos de Enfermagem I	
2º Ano		
1.º semestre		
Estágio II – Diagnóstico de situação em contexto comunitário	Fundamentos de Enfermagem II	Estágio I – Fundamentos de Enfermagem
2º Ano		
2º semestre		
Estágio III - Enfermagem à Pessoa em Processo de Saúde/Doença	Enfermagem ao Jovem Adulto e Idoso Enfermagem à Pessoa em Processo de Saúde/Doença I	Estágio II – Diagnóstico de situação em contexto comunitário
3º Ano		
1.º Semestre		
Estágio IV - Enfermagem à Pessoa com Alterações do Foro Cirúrgico Estágio V - Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica	Enfermagem à Pessoa em Processo de Saúde/Doença II Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica	Estágio III- Enfermagem à Pessoa em Processo de Saúde/Doença
3º Ano		
2.º Semestre		
Estágio VI - Enfermagem à Pessoa em Risco de Vida Estágio VII - Enfermagem de Saúde Familiar e Comunitária		Estágio IV - Enfermagem à Pessoa com Alterações do Foro Cirúrgico Estágio V - Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica
4º Ano		
1º semestre		
Estágio VIII - Enfermagem de Saúde Materno Infantojuvenil		Estágio VI - Enfermagem à Pessoa em Risco de Vida Estágio VII - Enfermagem de Saúde Familiar e Comunitária
2º semestre		
Estágio IX - Enfermagem à Pessoa no Ciclo de Vida		Estágio VIII - Enfermagem de Saúde Materno Infantojuvenil

10

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
5301 SOUTH DICKENS STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60637

RECEIVED
JAN 15 1964
FROM
DR. J. H. GOLDSTEIN
SUBJECT
POLYMERIZATION OF STYRENE
IN AQUEOUS SOLUTION

TO
DR. J. H. GOLDSTEIN
5301 SOUTH DICKENS STREET
CHICAGO, ILLINOIS 60637

RE: POLYMERIZATION OF STYRENE
IN AQUEOUS SOLUTION

DATE: JAN 15 1964